



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS**

HILLARY SUZAN MEDEIROS DE MORAES

**A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE LIBRAS PARA CRIANÇAS SURDAS NOS ANOS
INICIAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Abaetetuba-Pará
2022

HILLARY SUZAN MEDEIROS DE MORAES

**A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE LIBRAS PARA CRIANÇAS SURDAS NOS ANOS
INICIAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciada Plena em Pedagogia, pela Universidade Federal do Pará, Faculdade de Educação e Ciências Sociais, de acordo com a Instrução Normativa Nº. 01/2022-PROEG/UFPA.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Joyce Otânia Seixas Ribeiro

Abaetetuba-Pará
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará

Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M827i Moraes, Hillary Suzan Medeiros de.
A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE LIBRAS PARA CRIANÇAS
SURDAS NOS ANOS INICIAIS DA EDUCAÇÃO
BÁSICA / Hillary Suzan Medeiros de Moraes. — 2022.
17 f.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Joyce Otânia Seixas Ribeiro Trabalho de
Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade
Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, Curso de
Pedagogia, Abaetetuba, 2022.

1. Educação Básica. 2. Anos iniciais. 3. Libras . 4.
Educação Inclusiva . I. Título.

CDD 371.952

HILLARY SUZAN MEDEIROS DE MORAES

**A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE LIBRAS PARA CRIANÇAS SURDAS NOS ANOS
INICIAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciada Plena em Pedagogia, pela Universidade Federal do Pará, Faculdade de Educação e Ciências Sociais, de acordo com a Instrução Normativa Nº. 01/2022-PROEG/UFPA.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Joyce Otânia Seixas Ribeiro

Data de aprovação: 20/07/2022

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a JOYCE OTÂNIA SEIXAS RIBEIRO

Orientadora – UFPA

Prof.^a Dr.^a. MARIA DO SOCORRO PEREIRA LIMA

Examinadora Interna – UFPA

RESUMO

O presente artigo possui como importância a abordagem, a compreensão e a reflexão do ensino de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) na educação básica, buscando responder à questão problemática de: por quais motivos a alfabetização em Libras não é integrada às aulas iniciais, mesmo sendo prescrita como segunda língua no Brasil além de entender como funciona o ensino de Libras nos primeiros anos na educação básica. O objetivo principal deste trabalho é ressaltar a importância da educação inclusiva nos anos iniciais. O referencial teórico deste trabalho começa com uma breve perspectiva histórica a respeito da educação inclusiva para pessoas com surdez, posteriormente aborda sobre a educação para alunos surdos na educação básica, ou seja, nos anos iniciais da educação infantil, abordando essa comunicação entre alunos surdos e ouvintes dentro da sala de aula. Por fim, o referencial teórico deste trabalho aborda sobre as políticas educacionais para alunos com surdez no Brasil, nos anos iniciais da educação básica. Através desta pesquisa foi observado que é de enorme importância que as escolas possam incluir o ensino da LIBRAS nos anos iniciais, para que essa língua possa se perpetuar como comum, promovendo cada dia mais uma educação igualitária e inclusiva para os alunos com deficiência auditiva.

Palavras-Chave: Educação Básica. Anos iniciais. Libras. Educação inclusiva.

ABSTRACT

This article is important to approach, understand and reflect on the teaching of LIBRAS (Brazilian Sign Language) in early childhood education, seeking to answer the problematic question of: why is literacy in Libras not integrated into initial classes, even being prescribed as a second language in Brazil in addition to understanding how the teaching of Libras works in the early years of basic education. The main objective of this work is to emphasize the importance of inclusive education in the early years. The theoretical framework of this work begins with a brief historical perspective on inclusive education for people with deafness, then it addresses education for deaf students in basic education, that is, in the early years of basic education, addressing this communication between deaf students and listeners within the classroom. Finally, the theoretical framework of this work addresses educational policies for students with deafness in Brazil, in the early years of basic education. Through this research it was observed that it is of enormous importance that schools can include the teaching of LIBRAS in the early years, so that this language can perpetuate itself as common, promoting more and more an egalitarian and inclusive education for students with hearing impairment.

Keywords: Basic Education. Early years. Pounds. Inclusive education.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar é vista como um processo dinâmico e gradativo que pode assumir diferentes formas dependendo das necessidades dos alunos, pois se considera que essa integração/inclusão permite a construção de processos linguísticos adequados à aprendizagem de conteúdos acadêmicos e usos sociais da leitura e da escrita, cabendo ao professor transmitir e estimular a construção do conhecimento por meio da interação com seus alunos (LACERDA, 2006).

A educação inclusiva objetiva incluir todos os alunos, com ou sem deficiência, para que tenham direitos iguais a uma educação de qualidade que valorize a especificidade de cada aluno, identidade, classe social, gênero, religião, que traz todos os alunos, sem exceção, para uma sala de aula participativa. Portanto, na educação inclusiva, todos os alunos vivem e aprendem juntos, promovendo a diversidade. Não só abre as portas das escolas, como também confere aos alunos um papel participativo no processo educativo na sociedade, e a escola deve fazer o possível para eliminar os problemas que dificultam a aprendizagem (SILVA, 2020).

Dessa maneira, é preciso aprimorar o ensino da língua de LIBRAS no Brasil nas instituições de educação básica, para que os alunos surdos e/ou com problemas de audição sejam parte integrante de uma sala de aula e também para que o conhecimento seja melhor compartilhado entre aqueles que fazem parte desse ambiente (QUADROS, 2009). De acordo com Lacerda (2006) o conhecimento das línguas de sinais, que são amplamente utilizadas pelas comunidades surdas, surge da proposta de uma educação, que considera a língua de sinais como materna da comunidade surda, portanto, deve ser adquirida em primeiro lugar.

A Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Fundamentos da Educação Nacional (LDB), visa uma educação inclusiva e acessível a todos, visando o pleno desenvolvimento do aluno. Conforme mostra o artigo 2º, a educação não é apenas um dever da família, mas do Estado e que deve se basear nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade, que, além de capacitar o aluno a ingressar mercado de trabalho, também deve prepará-lo para exercer sua cidadania plena (ALMEIDA, 2012).

Essa educação necessita possuir um currículo dinâmico, flexível e maleável com o objetivo de atender a todos os alunos. Tal política leva a um sistema de ensino que permite o respeito às diferenças, para garantir que nenhum aluno seja discriminado, considerando que métodos diferenciados de atividades são planejados (LACERDA, 2006).

Como esta proposta de pesquisa visa refletir sobre o ensino de LIBRAS no currículo da educação básica, é abordado neste trabalho o contexto a respeito da educação inclusiva para este tema. Dessa maneira, esse trabalho busca responder às seguintes perguntas norteadoras: Por que a alfabetização em Libras não é integrada às aulas iniciais, mesmo sendo prescrita como segunda língua no Brasil? Como funciona o ensino de Libras nos primeiros anos?

Algumas experiências pessoais que tive desde a infância e assim que comecei os estudos na Universidade foram experiências que acarretaram o aumento do meu interesse por fazer um curso para me tornar fluente nessa língua, me levando atualmente a participar de um curso básico para iniciantes que a própria Universidade oferece, o que faz com que eu tenha

mais contato com a comunidade surda. Percebo que mesmo com esse assunto em alta, falta muita coisa a ser feita envolvendo a capacitação de profissionais intérpretes e principalmente uma educação escolar que viabilize o ensino de Libras na educação básica.

Desta forma, a realização deste trabalho se justifica porque acredito que língua de sinais deveria acompanhar a alfabetização dos alunos, assim como funciona com a língua portuguesa e que todos deveriam ter acesso a essa educação. No entanto, ainda existem pessoas que acreditam que somente os surdos deveriam entender a língua portuguesa falada ou escrita, que eles precisam se adequar às pessoas que não são surdas.

Diante do exposto anteriormente, esse trabalho possui como objetivo geral ressaltar a educação inclusiva para surdos nos primeiros anos da educação básica. Como objetivos específicos o trabalho pretende: pesquisar sobre a língua brasileira de sinais e como se dá a comunicação dos alunos surdos e ouvintes na sala de aula; estudar a necessidade de inserir o estudo da língua de sinais nos anos iniciais de ensino.

Este trabalho está dividido em uma introdução, onde serão expostos os temas iniciais a serem mencionados, o problema de pesquisa, a justificativa do trabalho e os objetivos, uma metodologia (onde serão descritos todos os aspectos metodológicos), um referencial teórico, onde serão desenvolvidos os problemas levantados no trabalho e os objetivos propostos e por fim as considerações finais.

Esta pesquisa se trata de uma revisão bibliográfica e documental, pois busca informações por meio de documentos secundários com o objetivo de coletar dados necessários para melhor compreender o assunto a ser discutido neste projeto (GIL, 2002). Este autor justifica a pesquisa bibliográfica em livros, sites, bancos de dados e demais arquivos que o autor julgue necessário. Nörnberg (2008) destaca que a pesquisa bibliográfica tenta explicar um problema com base em referências teóricas previamente publicadas.

Para a pesquisa bibliográfica realizada neste trabalho foram feitas pesquisas na internet em bases de dados tais como Scielo e Google Acadêmico. Foram pesquisados artigos nos idiomas português e espanhol, que tratassem do tema deste trabalho em seu resumo ou seu texto e artigos disponíveis de forma integral e gratuita. A pesquisa foi realizada entre os meses de abril e julho de 2022. As palavras-chaves utilizadas para a pesquisa dos artigos utilizados para a realização deste trabalho foram: Educação Básica. Anos iniciais. Libras. Educação inclusiva.

1. PERSPECTIVA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA PESSOAS COM SURDEZ

A educação inclusiva tem sido vista como uma inovação nas salas de aula, expandindo-se gradativamente em todo o contexto educacional para alcançar uma educação de qualidade para todos, visto que existe um número significativo de surdos e que seu desempenho no âmbito escolar muitas vezes é bastante inferior ao desempenho dos alunos ouvintes, embora suas habilidades cognitivas iniciais sejam semelhantes (DE QUADROS, 2008).

Uma perspectiva histórica sobre a educação de surdos a partir do estudo de Goldfeld diz (1997):

“A educação das pessoas surdas, por muitos anos, desenvolveu-se de forma preconceituosa. Houve um padrão consistente de evolução em que podemos dizer, que o que prevaleceu foi à desigualdade social. As pessoas deficientes eram destacadas por possuírem características divergentes daquelas instituídas pela sociedade. Por exemplo, utilizavam termos como, “excepcional” como se explicasse a diferença existente de um indivíduo para o outro”. GOLDFELD (1997, p.24).

Pode-se observar que a sociedade não conseguiu ver até onde o surdo poderia ir sobrevivendo a essa perspectiva histórica; não acreditavam em uma possível e importante relação entre esses sujeitos e os ouvintes. Muitas mudanças foram alcançadas ao longo dos anos, novos conceitos surgiram e, a partir de um novo contexto, foram iniciadas pesquisas e estudos sobre o desenvolvimento do deficiente auditivo, não apenas em termos linguísticos, mas também sociais (SILVA, 2020).

Ao mesmo tempo, notou-se que a visão de que os surdos não mereciam uma educação que estava começando a mudar. Nessa época, surgiram na Europa os primeiros educadores surdos que, como fazem hoje, desenvolveram diversos métodos para ensiná-los, utilizando a língua nativa auditiva-oral, língua de sinais, datilologia (alfabeto manual) e outros códigos manuais. Era costume naquela época manter em segredo a forma como a educação dos surdos era realizada (DE QUADROS, 2008).

De acordo com Goldfeld (1997), o principal proponente do oralismo foi Alexander Graham Bell, que exerceu grande influência no resultado da votação do Congresso Internacional de Educadores de Surdos. Realizado em Milão em 1880 o congresso realizou a votação que trouxe à tona qual método deveria ser usado na educação de surdos. O oralismo venceu e o uso da língua de sinais foi oficialmente banida e nesse contexto, aos professores surdos foi negado o direito de voto.

Graham Bell realmente não deu uma contribuição significativa quando se fala sobre a qualidade da comunicação para surdos. Sua única intenção era proibir qualquer forma de

comunicação por sinais ou gestos entre os surdos, e ele o fez, porque em sua escola, os surdos eram obrigados a se comunicar oralmente (MAZZOTTA, 2005).

Essa descoberta deu um impulso ao oralismo que há muito era dominante na educação dos alunos surdos. Ainda hoje são encontradas escolas de educação para surdos seguindo essa perspectiva, ou mesmo para a sociedade atual ignorando as lutas que a comunidade surda teve até hoje para obter o direito de usar sua língua nativa, a língua de sinais (SILVA, 2020).

Constata-se que essa abordagem foi uma fase que deu espaço à língua de sinais, bem como à autonomia da vida dos surdos e sua inserção na comunidade surda e na sociedade, pois não foi inteiramente isenta de riscos à incompletude de ensinar outra forma de comunicação. O fato é que os surdos podiam usar os mecanismos que mesclavam duas ou três formas de comunicação, não podiam se especializar e aprender de forma profunda sobre sua língua e todos os processos de uso da língua, como língua e sinais (bimodalismo), era difícil para os surdos aprenderem (DE QUADROS, 2008).

Segundo Goldfeld (1997), foi estabelecido a partir da década de 70 que a língua de sinais deveria ser utilizada independentemente da língua falada. Muitos falaram sobre educação da língua de sinais, principalmente no Brasil entre as décadas de 80 e 90 quando começou a ser utilizada em vários países, as experiências nessa forma de educação ainda estão na pequeníssima área pedagógica onde visam capacitar o surdo a usar duas línguas no cotidiano escolar e social, como a língua de sinais e o português. Embora isso tenha mostrado progresso, a maioria dos surdos não conseguiu atingir um nível acadêmico compatível (idade/série), pois os sinais representavam apenas auxílios de linguagem e não demonstravam desenvolvimento de linguagem (LACERDA, 1998).

No país, a história da educação de surdos começou em 1874 com a fundação da primeira escola para surdos do Brasil, o Instituto dos Surdos-Mudos, cem anos depois, em 1957, esta escola passou a se chamar Instituto Nacional de Educação de Surdos (MAZZOTTA, 2005). Uma professora surda trouxe um método combinado desenvolvido pela L'Epee com o alfabeto manual francês e alguns sinais para surdos no Brasil.

Esse método foi introduzido e o currículo consistia em português, aritmética, fala escrita e articulada e leitura labial, digitação e sinalização. Mais tarde, o conde introduziu o programa de Educação de Surdos e depois de ter alguns surdos com uma escola especializada que cresceu em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) (SILVA, 2020).

2. ALUNOS SURDOS E OUVINTES NAS SERIES INICIAIS

De acordo com Silva (2020), a escola não é um ambiente fácil, é um novo conhecimento, um novo mundo e que a interação com os demais participantes desse ambiente é necessária. No entanto, quando um aluno surdo é apresentado a esse novo mundo, as dificuldades que ele encontra são muito grandes. A maioria das escolas não está preparada para a eventual entrada desse aluno, a maioria dos professores não utiliza a língua de sinais e deve utilizar um intérprete para manter a comunicação com o aluno deficiente auditivo.

Esse aluno muitas vezes não é envolvido adequadamente no ambiente escolar devido à falta da língua de sinais como disciplina. Ele se comunicará regularmente com os outros alunos fazendo gestos e não usando LIBRAS. A comunicação com o professor da turma pode ocorrer através do intérprete. Para Quadros (2009) a discussão da exclusão dos diferentes é um desafio porque expressa em palavras mudas o que está escondido nas palavras e explicitado sobre o ser humano.

As crianças precisam aprender a socializar, aprender a respeitar e aprender a conviver com o que é diferente. A inclusão depende não só do professor, mas de todos ao seu redor, para que seja desenvolvido um trabalho adequado para cada criança, sempre visando destacar o que é mais fácil para ela e reconhecê-lo como um ponto positivo no seu aprendizado (ALMEIDA, 2012).

Segundo Almeida (2012, p. 8):

A utilização da Libras vem colaborar para a inclusão social dos surdos desprezando qualquer forma de discriminação e preconceito com esse grupo, que ao longo da história sofreu com a ignorância e visão errônea dos ouvintes que observava a surdez como deficiência que deveria ser tratada clinicamente com intuito de superar o déficit auditivo.

Quando uma criança ouvinte vai para a escola ainda jovem, ela já está usando a língua portuguesa por meio da linguagem, portanto, faz parte do seu cotidiano. Porém, geralmente a criança com DA (Deficiência Auditiva) não utiliza a língua de sinais, existem muitos casos em que a família não conhece e não utiliza essa língua, aliás, a educação é marcada na base da exclusão. Quando se propõe a educação inclusiva, assume-se a existência de pessoas excluídas. Portanto, a reflexão deve ser feita diante dessa oposição que sustenta a política nacional de educação (QUADROS, 2009).

Dessa maneira, o aluno surdo terá o primeiro contato com sua língua materna dentro da escola e essa precisa estar preparada para o ensino de ambas as línguas para alunos ouvintes e surdos para que possam interagir desta forma (MARQUES; BARROCO; SILVA, 2013):

Reconhecendo a riqueza de suas teorizações e voltando-nos à educação básica brasileira, como profissionais do campo da psicologia e da educação comum e especial/ inclusiva, preocupa-nos a carência de propostas que ajudem e contribuam para que as crianças surdas, inseridas no contexto escolar regular, aprendam conteúdos que as auxiliem na interação com seus pares ouvintes. É preciso que alunos surdos possam, de fato, beneficiar-se de medidas de acessibilidade, de forma a se apropriarem do conhecimento adequado à sua faixa etária e nível escolar. (MARQUES; BARROCO; SILVA, p. 505 2013).

Com base nesses autores, fica claro que uma educação voltada para o ensino de LIBRAS seria de grande valia para todos os alunos e, portanto, para nossa sociedade. Quando crianças ouvintes aprendem LBS, é possibilitada uma interação bidirecional com alunos surdos. Desta forma, promove a valorização à diversidade e o incentivo à inclusão desde cedo.

De acordo com Barbosa (2011, p.6 e 10), o ensino de Libras nas séries iniciais possui extrema importância:

Por isso é imprescindível que o ensino de LIBRAS, seja incluído nas series iniciais [...] O papel da língua de sinais na escola vai além da sua importância para o desenvolvimento do surdo, o seu uso por toda comunidade escolar (surdos e ouvintes) promove a comunicação e interação entre os mesmos, por isso o ensino de LIBRAS, pode ser estendido aos alunos ouvintes. [...] já está comprovado que a criança surda, quando aprende através da língua de sinais tem um maior desenvolvimento intelectual do que quando aprende sem o uso da mesma. Entretanto o que acontece no contexto escolar é que o aluno surdo, sobre tudo escolarização inicial, não domina a língua de sinais. [...]

Nos últimos anos, crianças com algum tipo de deficiência têm ocupado cada vez mais as salas de aula e por esse motivo é dever da escola incluir esses alunos e apoiar uma educação ampla com a máxima igualdade. É cada vez mais comum a presença de alunos surdos nas salas de aula, mas o ensino dessa modalidade linguística nas escolas nos anos iniciais ainda não é obrigatório (QUADROS, 2009).

3. COMUNICAÇÃO DE ALUNOS SURDOS E OUVINTES DENTRO DA SALA DE AULA

Todos ressaltam a importância do intérprete profissional na sala de aula e no contexto geral da escola para os alunos surdos ali presentes, pois ele é o responsável por transmitir os diálogos e, segundo Quadros (2009), este profissional atua no papel de intérprete para tradução e/ou interpretação de Libras e Língua Portuguesa, trabalhando em três áreas: na facilitação da comunicação entre surdos usuários de Libras e ouvintes usuários de Língua Portuguesa em diferentes contextos; na tradução de textos da Libras para o Português e vice-

versa; e no esclarecimento da forma de escrita produzida pelos surdos em diferentes contextos (QUADROS, 2009).

Esse profissional deve acompanhar as mudanças nos idiomas envolvidos e não deve negligenciá-las. Sem ela, a comunicação fica comprometida e viola os direitos dos surdos, especialmente os de sua cidadania. No entanto, um equívoco comum é acreditar que somente a presença do intérprete de LIBRAS em sala de aula pode finalmente resolver o problema da exclusão dos surdos e incluí-los de forma satisfatória. Mas ele sozinho não pode alcançar tal resultado, porque ele precisa estar comprometido com todos os envolvidos no processo educativo (CARVALHO & OLIVEIRA, 2022).

A comunicação entre professores e alunos surdos, na grande maioria dos casos, é mediada pelo profissional intérprete de LIBRAS. A maioria deles tem interesse em aprender a língua de sinais e demonstram diversas iniciativas de conversação e guias para alunos surdos, embora não dominem e às vezes nem saibam trabalhar os sinais. Também se manifestam preocupações quanto à implementação das atividades e avaliações, pois encontram muitas dificuldades que enfrentam devido à complexidade da língua portuguesa e de seus múltiplos conteúdos (LIMA, 2021).

De acordo com a Lei 10.436/2002, os surdos possuem escalas como meio de comunicação e expressão, essa atribuição deve ser garantida pelo poder público (incluindo as escolas). Vale lembrar a importância da língua de sinais para os surdos e ressaltar que LIBRAS é uma língua que permite aos surdos falar sobre o mundo (LIMA, 2021).

Como já mencionado, os surdos podem se expressar por meio de escalas sobre qualquer assunto, é a base deles, é isso que causa a interação dos surdos, então a língua de sinais tem um valor inestimável para essa comunidade, além de ser um grande motivo de orgulho. Assim, a LIBRAS traz consigo a necessidade de reflexão em sua aplicação e uso nas escolas nos anos iniciais da educação básica para ser utilizada pelos surdos como meio interativo e expressivo (QUADROS, 2009).

A escola deve reconhecer LIBRAS como a língua natural do surdo, uma vez que se torna essencial para a constituição do sujeito, sua cultura, sua existência como ser social em interação. Compreendendo o valor da língua de sinais para o surdo como pessoa social, pode-se refletir sobre a importância de os dirigentes escolares investirem em seu uso dentro da sala de aula, pois é a língua que o surdo pode usar para se comunicar corretamente, capaz de ser, ter voz e um espaço apropriado no ambiente escolar, ambiente essencial para sua aprendizagem e seu desenvolvimento cognitivo e de linguagem. Além disso, a inclusão da

Libras nas escolas reforça o direito de incluir os surdos nas aulas regulares, dando-lhes a mesma capacidade de se expressar e aprender que os demais alunos ouvintes (LIMA, 2021).

A Libras no contexto escolar garante o processo inclusivo e expressivo dos alunos surdos, e também, como observa Mallmann (2014), a LIBRAS não é apenas um mediador, mas um determinante para que os surdos desenvolvam habilidades linguísticas, cognitivas e sociais, afinal é sua língua materna.

Silva (2020) também aponta que para realmente engajar a comunidade escolar, a língua adequada que deve ser utilizada pela comunidade escolar surda é a língua de sinais, porque é importante para o desenvolvimento do processo linguístico-cognitivo do aluno surdo. As escolas precisam pensar na especificidade dos seus alunos, e isso é essencial para a devida inclusão. Percebe-se que o uso da língua de sinais como meio de comunicação precisa ser estendida a todos os membros escolares, assim ações inclusivas surgirão e levarão em conta os aspectos elementares da linguagem para os surdos em seu processo de interação e aprendizagem.

Refletindo sobre o discurso de Quadros (2009) sobre o espaço da negociação em sala de aula, que trata do professor ouvinte ter o português como língua e o aluno surdo a LIBRAS, onde cada língua pertence em seu espaço, tendo no contexto educacional, pode-se pensar em como se dá a interação entre o professor ouvinte e o aluno surdo, momento em que a barreira linguística e a responsabilidade do professor em lidar com esse problema surgir. O uso da LIBRAS será capaz de proporcionar uma interação efetiva em sala de aula.

De acordo com Mallmann (2014) professores e educadores citam o fato de não falarem a mesma língua que os alunos surdos como a principal causa dessas dificuldades, pois ainda mencionam que não compartilhar a mesma língua cria dificuldades no relacionamento entre eles; essa preocupação por parte dos professores é causada pela falta de interação necessária entre professor e aluno.

A comunicação faz parte da relação entre eles e quando há uma barreira linguística todo o contexto de compartilhamento do conhecimento fica prejudicado, contexto que podemos perceber na relação entre o professor ouvinte e o aluno surdo na sala de aula normal, principalmente nos anos iniciais de ensino (LIMA, 2021).

Dessa forma, na discussão da obra de Quadros (2009), destacou-se a importância da Libras para o surdo e ressalta-se que neste espaço de negociação, o professor ouvinte deve compreender a língua de sinais como essencial para reconhecer o contexto interativo e dar-lhe o espaço que merece, ou seja, utilizá-la na relação interacional como é de grande valia para o aluno surdo, pois é a língua com a qual ele pode se comunicar. Dessa forma, percebe-se o uso

da LIBRAS como língua comum aos alunos surdos e professor ouvinte de aluno surdo, assim entendendo-se que dessa maneira as interações podem ocorrer.

4. POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO BRASIL PARA ALUNOS COM SURDEZ NOS ANOS INICIAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O documento que discute as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) não altera a redação com a Lei das Diretrizes Básicas (LDB), ao contrário, acrescenta, como a Lei nº 9.795/99, que dispõe sobre a educação ambiental e a Política Nacional de Educação Ambiental; Lei nº 10.436/2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) (LACERDA, 2006).

Para alunos das séries iniciais com diferentes necessidades de comunicação, o acesso aos conteúdos deve ser facilitado através do uso de linguagens e códigos aplicáveis, bem como a garantia de tecnologias assistivas, oferecendo a eles e seus familiares a opção da abordagem pedagógica que seja adequada, ouvindo os profissionais especializados em cada caso, com foco na garantia da educação sociocultural inclusiva de qualidade como direito de todos os cidadãos (GONÇALVES & PORDEUS, 2017).

Além disso, as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN, estão um pouco equivocadas quando no início da seção que trata das línguas, relatam pessoas com deficiências utilizando a comunicação em LIBRAS, pois LIBRAS é uma língua e não uma disciplina como a matemática. Embora a língua de sinais não seja uma forma de linguagem, ela faz parte da comunicação e é uma língua como qualquer outra, como o inglês, o espanhol e outras línguas oficiais. A única diferença com a LIBRAS é que ela não é vocalizada, mas sinalizada (VALSECHI, 2021).

A DCN afirma que a língua de sinais nas escolas deve ser aprendida por todas as crianças nos anos iniciais, mas até o momento não está claro e esse caso não foi abordado detalhadamente nas próprias orientações desse manual. O último parágrafo das DCN também diz que a Libras deve focar não apenas na aprendizagem das crianças surdas, mas para todas as crianças, porém um dos trechos que chama muito a atenção diz que deve-se trabalhar com crianças através da expressão, a imaginação, a fisicalidade e a oralidade da linguagem. (VALSECHI, 2021).

Pode-se perceber, que mesmo após a publicação deste documento, o fato da língua de sinais fazer parte do currículo das escolas nos anos iniciais da educação básica ainda não vigora, sendo assim esse documento pode ser considerado um tipo de “fracasso documental”, pois já existem documentos mostrando a importância e efetividade de língua de sinais e

demonstrando seu valor, mas o trabalho ainda não foi concretizado (GONÇALVES & PORDEUS, 2017).

Após análise do documento DCN, explica os direitos e necessidades dos alunos surdos, mas não sem maiores detalhes sobre os componentes curriculares obrigatórios dos anos iniciais relacionados à disciplina de LIBRAS no ambiente escolar. Dessa maneira, não tem tanto efeito e a disciplina não consta no currículo desenvolvido para todas as escolas e todas as crianças.

Observa-se que devido ao desconhecimento que ainda existe por parte de componentes que direcionam as políticas educacionais ou por falta de um estudo aprofundado sobre o ensino de LIBRAS dentro da LDB e outros documentos legislativos, o reconhecimento dessa língua como a língua materna da comunidade surda brasileira (embora sequer mencione os nomes das línguas em questão, em contraste com a dominância da língua portuguesa ao longo da legislação), mas sem que isso sirva para discutir, orientar de forma mais clara e mais incisiva a possibilidade de explicar a existência dessa língua no ambiente escolar (GONÇALVES & PORDEUS, 2017).

A Lei nº 9.394/96 da Lei de Diretrizes e Fundamentos de 1996 aborda em seu artigo 26 que os currículos do ensino básico e secundário devem ter uma base nacional comum, complementada em cada sistema educativo e instituição escolar com uma parte diversificada exigida pelas especificidades regionais e locais da sociedade, cultura, economia e clientela. No inciso § 1º, se observa que os currículos a que se refere o caput devem incluir, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa (incluindo a língua de sinais) e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente no Brasil.

Quando se fala especificamente sobre o Brasil, entende-se que se deve considerar a LIBRAS, pois está localizada no Brasil, como a segunda língua e que seu ensino deve ser sistematizado para todos os currículos de todas as escolas e assim transmitir o conhecimento da língua e da diversidade cultural dos surdos. No inciso § 5º deste documento, inclui-se o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna a partir da quinta série, cuja escolha cabe à comunidade escolar dentro das possibilidades das instalações (RODRIGUES, 2021).

Por fim, há uma ampla gama de usos, práticas e variedades da língua portuguesa falada no Brasil. O uso do Cadastro Nacional da Diversidade Linguística, administrado pelo Ministério da Cultura, como ferramenta de identificação, documentação, reconhecimento e avaliação de línguas relacionadas à identidade, ação e memória dos diferentes grupos que compõem a sociedade brasileira. O comitê de especialistas, autoridades e instituições

federais, estaduais, distritais e locais, órgãos da sociedade civil e grupos de palestrantes podem propor a inclusão de idiomas no Cadastro Nacional de Diversidade Linguística de acordo com normas emanadas do Ministério da Cultura (RODRIGUES, 2021).

O primeiro passo é a ser trabalhado é a educação para surdos, depois deve-se começar a discutir o ensino da língua de sinais para crianças ouvintes. Na alfabetização em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) deverá ser obrigatória para professores da educação básica, nos anos iniciais, ensino médio e ensino superior para possibilitar a comunicação direta com surdos e deficientes auditivos com necessidades educacionais especiais, o que possibilitaria a construção de práticas educativas que favoreçam processo de inclusão social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desta revisão pode-se perceber que a sociedade ainda discrimina fortemente a surdez como se estivesse restringindo o aprendizado das crianças. Por isso, é importante que a criança seja envolvida na escola desde cedo para não ter dificuldades mais adiante, levando em consideração ainda que a maioria das crianças surdas vêm de famílias ouvintes.

Dessa forma, este artigo pode comprovar que o ensino de LIBRAS nos anos iniciais da educação básica é essencial na vida dessas crianças, pois a única forma que os surdos e ouvintes podem interagir de maneira real é uma maneira correta de comunicação. Portanto, todas as crianças têm o mesmo direito à educação regular, à inclusão e à igualdade no âmbito escolar e social.

Assim sendo, não basta apenas enviar as crianças com deficiência para as classes regulares, são necessárias outras formas de aprendizagem, sempre com o objetivo de possibilitar uma educação justa e igualitária para todos.

Por essas razões, essas barreiras devem ser quebradas, pois é sabido que a escola é um lugar de aprendizagem e conhecimento e não de preconceito, discriminação ou exclusão. A criança não deve ser excluída da sociedade só porque tem uma deficiência, pelo contrário, ela deve ter contato com outras crianças, poder se comunicar com elas através da LIBRAS, para que se tornem grandes cidadãos no futuro e se sintam incluídas na sociedade onde vivem. A discriminação ainda existe, mas deve ser quebrada. Só assim será possível um futuro mais justo, igualitário e inclusivo para todos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria de Fátima de Oliveira. **A importância da comunicação em Libras na vida das pessoas surdas**, 2012.

BARBOSA, Sândala. **A importância do ensino de Libras – Língua Brasileira de sinais no contexto escolar**, 2011. Artigo Disponível em: <http://www.recantodasletras.com.br/artigos/3022214>. Acesso em: 14 de julho de 2022.

CARVALHO, Carla Soriano Lago; OLIVEIRA, Rosângela Silva. Surdos no Ambiente Escolar: Uma Análise Sobre os Níveis de Interação Entre os Alunos em Sala de Aula. **Epitaya E-books**, v. 1, n. 3, p. 125-137, 2022.

DE QUADROS, Ronice Müller. A educação de surdos na perspectiva da educação inclusiva no Brasil. **Revista Espaço**, p. 14-19, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. São Paulo: Plexus editora, 2002. _____, Márcia. **Linguagem e cognição numa perspectiva sócio- interacionista**. São Paulo. Plexus. 1997.

GONÇALVES, Ivan-Íres de Sant'ana; PORDEUS, Patrícia Rocha. A influência da inserção da Libras no currículo da formação em Pedagogia. In: **Revista Forum**. 2017.

LACERDA, C.B.F.de. A prática fonoaudiológica frente as diferentes concepções de linguagem. **Revista Espaço**, Instituto de Educação de Surdo, v.10, p.30-40, 1998.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 26, n. 69, p. 163-184, maio/ago. 2006. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

LIMA, Luanny Barbosa de. **PROFESSOR OUVINTE E ALUNO SURDO: QUAL CAMINHO PARA A INTERAÇÃO?**. 2021. Dissertação de Mestrado.

MALLMANN, Fagner Michel et al. A inclusão do aluno surdo no ensino médio e ensino profissionalizante: um olhar para os discursos dos educadores. **Rev. bras. educ. espec**, v. 20, n. 1, p. 131-146, 2014.

MARQUES, Hivi de Castro Ruiz; BARROCO, Sonia Mari Shima; SILVA, Tânia dos Santos Alvarez da. O ensino da língua Brasileira de sinais na educação infantil para crianças ouvintes e surdas: considerações com base na psicologia histórico-cultural. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 19, p. 503-517, 2013.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NÖRNBERG, Eunice Nara. RODRIGUES, Ana Cristina da Silva. **Pesquisa: o aluno da educação infantil e dos anos iniciais** – Curitiba: Ibipex, 2008.

O INES E A EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL. Vol. 01, 2ª edição (DEZ/2008) – Rio de Janeiro: INES/2008.

QUADROS, Ronice Müller de. **Situando as diferenças implicadas na educação de surdos: inclusão/exclusão.** Ponto de Vista, Florianópolis, n. 5, p. 81-111, 2009.

RODRIGUES, Yanna Luiza do Nascimento. **A INSERÇÃO DO ENSINO DE LIBRAS COMO L2 NOS ANOS INICIAIS DO ANOS INICIAIS EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE LAGOA DE DENTRO-PB.** 2021. Dissertação de Mestrado.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23ª edição – São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Rosana Maria Mendonça da. **Atendimento educacional especializado para surdos: uma perspectiva de educação inclusiva.** 2020.

VALSECHI, Geisielen Santana. **Currículo de Libras em análise: possibilidades de implementação nos anos iniciais dos anos iniciais.** 2021. Tese de Doutorado. UDESC.